

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
NOTA INTRODUTÓRIA.....	11
TÍTULO I – GRILAGEM.....	25
CAPÍTULO I: O QUE SIGNIFICA GRILAGEM?	27
CAPÍTULO II: VIOLÊNCIA NO CAMPO: FACE DESUMANA E QUASE OCULTA	30
CAPÍTULO III: OU O BRASIL ACABA COM A GRILAGEM OU A GRILAGEM ACABA COM O BRASIL	43
CAPÍTULO IV: ANÁLISE DE DOIS CASOS CLÁSSICOS.....	54
1. “O CONTO DAS TERRAS DA BAHIA” ENVOLVENDO MAIS DE SEIS MILHÕES DE HECTARES.....	54
1.1. REGISTRO TORRENS DE ÁREA GRILADA?.....	80
2. GOIÁS: CANCELAMENTO DE GRILAGEM BENEFICIA QUARENTA E OITO FAMÍLIAS.....	82
2.1. VIA ADMINISTRATIVA: NEGATIVA DE CANCELAMENTO COM BASE NA LEI 6.739/79.....	83
2.2. VIA JUDICIAL: AÇÃO DISCRIMINATÓRIA, COM CANCELAMENTO DO VICIADO REGISTRO.....	86
CAPÍTULO V: ANÁLISE DE DOIS CASOS CONTEMPORÂNEOS	87
1. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO DE MAIS DE SEIS MIL REGISTROS IMOBILIÁRIOS NO ESTADO DO PARÁ.....	87
2. CANCELAMENTO DO REGISTRO IMOBILIÁRIO DA “MAIOR GRILAGEM DO MUNDO”	92
TÍTULO II – PROPRIEDADE E SISTEMA REGISTRAL BRASILEIRO	97
CAPÍTULO I: ORIGEM DA PROPRIEDADE DAS TERRAS NO BRASIL	99
1. SESMARIAS E A ORIGEM DA PROPRIEDADE DAS TERRAS NO BRASIL	101
2. TERRAS DEVOLUTAS NA LEI DE TERRAS DE 1850: PROJETO E MOMENTO HISTÓRICO.....	123
3. REGISTROS PAROQUIAIS.....	137
4. FIM DO TRÁFICO ESCRAVO E VALORIZAÇÃO DAS TERRAS...	141
CAPÍTULO II: DISCRIMINAÇÃO DE TERRAS DEVOLUTAS.....	146
CAPÍTULO III: GRILAGEM E NEGATIVO REFLEXO NA ECONOMIA.....	152
CAPÍTULO IV: O DIREITO ADMINISTRATIVO REGE AS TERRAS PÚBLICAS.....	154
CAPÍTULO V: NADA SURGE DO NADA: A CADEIA REGISTRAL NO REGISTRO IMOBILIÁRIO BRASILEIRO.....	157
CAPÍTULO VI: REGISTRO TORRENS: “ÁRVORE GENEALÓGICA” DO IMÓVEL.....	160
1. SISTEMA FALHO FRAUDA O INFALÍVEL REGISTRO TORRENS!.....	165
CAPÍTULO VII: LEGALIZANDO O ILEGAL.....	170
1. NULIDADES DO REGISTRO E DO TÍTULO, NO SISTEMA BRASILEIRO	171
VENDA A <i>NON DOMINO</i> , <i>QUERELA NULLITATIS</i> E TEORIA DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL.....	177

CAPÍTULO VIII: LEI 6.739/79: CONSIDERAÇÕES	186
1. REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 1.070-1-DF, DO STF.	197
CAPÍTULO IX: SISTEMA REGISTRAL BRASILEIRO ANTE O GERMÂNICO	199
CAPÍTULO X: VEDAÇÃO AO USUCAPIÃO DE TERRA PÚBLICA DEVOLUTA.	202
CAPÍTULO XI: USUCAPIÃO TABULAR NÃO SE PRESTA A SANAR A GRILAGEM PRESENTE NA REALIDADE FUNDIÁRIA BRASILEIRA	206
1. CONVALESCENÇA DE REGISTRO CANCELADO? EXISTE CANCELAMENTO DE CANCELAMENTO? CANCELAMENTO DECORRENTE DE ATOS NULOS	214
2. FUNÇÃO SOCIAL DE QUAL PROPRIEDADE?.....	230
3. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL VEDA A USUCAPIÃO TABULAR DE TERRA PÚBLICA, REGISTRADA FRAUDULENTAMENTE EM NOME DE PARTICULAR?	232
4. USUCAPIÃO TABULAR: CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS.....	233
5. EVICÇÃO E USUCAPIÃO TABULAR.....	237
6. CONCLUSÃO CRÍTICA E SUGESTÕES.....	237
TÍTULO III – SOBERANIA, ANTE A GRILAGEM	239
CAPÍTULO I: SOBERANIA	241
CAPÍTULO II: BATATAS NO DESERTO – A CHEGADA DOS ESTRANGEIROS	250
TOMAR O QUE É NOSSO!.....	254
FAZENDAS EXPERIMENTAIS?	272
CAPÍTULO III: COBIÇA!	276
TRANSAMAZÔNICA E BELO MONTE!	290
DE QUANTO DINHEIRO ESTAMOS FALANDO?	293
CAPÍTULO IV: RIQUEZAS MINERAIS E CPI DA ENERGIA ATÔMICA	300
CAPÍTULO V: CPI DA VENDA DE TERRAS A ESTRANGEIROS: ANÁLISE DE DOCUMENTOS E DEPOIMENTOS	316
AS BATATAS MAIS CARAS DO MUNDO!.....	327
CAPÍTULO VI: LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E AQUISIÇÃO DE TERRAS POR ESTRANGEIROS	339
CAPÍTULO VII: UM LAÇO EM TORNO DA AMAZÔNIA.....	345
CAPÍTULO VIII: PARECER SOBRE A COMPRA DE TERRAS POR ESTRANGEIROS ..	347
CAPÍTULO IX: A LEGALIZAÇÃO DA GRILAGEM.....	352
TÍTULO IV – REFLEXOS MEDIATOS DA GRILAGEM	355
CAPÍTULO I: BIOPIRATARIA E DESMATAMENTO	357
CAPÍTULO II: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	367
TÍTULO V – NOTA CONCLUSIVA - SUGESTÃO DE APRIMORAMENTO DA LEGISLAÇÃO.....	373
INVENTÁRIO DA RAIZ FUNDIÁRIA.....	377
AGRADECIMENTO	379
BIBLIOGRAFIA:	381